

ATA DA 11ª. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM QUATRO DE SETEMBRO DE 2013.

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Primeira Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, Biênio 2012 – 2014, no auditório da PRODESAN, sito à Praça dos Expedicionários, nº 10, Gonzaga – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 10ª reunião; 2 - Apresentação: “Emissário Submarino de Santos e Região” – Edward Brambilla Marcellino – Chefe do Depto. de Projetos e Licenciamento Ambiental da SABESP; 3 - “Município Verde Azul 2013” – apresentação pelo Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente, Mauro Haddad; 4 - Comunicados da Secretaria; 5 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SIEDI, SAÚDE, SESERP, SEAS, SECULT, SECID, UNIMES, FATEC, CIESP, COMEB. Justificaram a ausência: ABES, MAF, UNISANTA, SOROPTIMISTAS PRAIA. O Presidente abriu a reunião cumprimentando os presentes. Perguntou se a ata estava de acordo, ao que todos os conselheiros concordaram, sendo aprovada por unanimidade. Apresentou o palestrante, Engenheiro da SABESP, que iniciou sua explanação discorrendo sobre a atuação da empresa. Explicou que, quando o atendimento não está ideal, a posição da empresa é implementar melhorias. Quanto ao emissário, é o segundo tipo de tratamento mais utilizado em litorais. O padrão possui 3 km de extensão, enquanto o de Santos é superior, com 4, 425 km, lembrando que atende os municípios de Santos e de São Vicente. Explicou sobre emissários no litoral brasileiro, como o da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, que é o maior do país e que o de Ipanema, foi o primeiro do Brasil. Comentou sobre os do litoral paulista e que em São Sebastião o sistema de esgoto se dá em várias estações, devido à topografia. Citou outros países que também utilizam este método, como Buenos Aires, Chile, Venezuela, na América e Espanha, Inglaterra, Turquia, em outros continentes. O maior é o de Boston, com 15 km. Explicou sobre os aspectos legais relativos à disposição oceânica, e, quanto maior o nível de tratamento, menor o emissário. Quando bem construído, menor é a zona de mistura de águas, a diluição é eficiente e rápida e próxima dos difusores. O padrão mínimo satisfatório é de mil coliformes ou 100 enterococos, à distância de 300 m da praia. Os processos de tratamento da pruma se dão por meio de três tipos de diluição: inicial - por turbulência -, por dispersão e o bacteriano. Esclareceu que ao confeccionar os planos, levam em conta os aspectos técnicos, sociais, ambientais e, então, os econômicos. A pesquisa e avaliação das peculiaridades do local são feitas, aproximadamente, durante um ano, como a salinidade, estudos das correntes, com intuito de minimizar o impacto do lançamento, sendo possível adequar durante o processo. Os custos variam de acordo com o material e o método. O monitoramento é multidisciplinar, tanto pela CETESB quanto pela empresa contratada, que analisam plânctons, água, sedimentos. Os peixes não têm sido monitorados ultimamente, nesta região. A modelagem é hidrodinâmica e por dispersão de Pluma. Ressaltou que com as medidas atuais não há interferência entre os Emissários Submarinos dos litorais norte, centro e sul paulistas. Sobre o critério de balneabilidade, explicou que, se uma vez por ano a praia ficar imprópria na época de análise, passa à classificação “regular”. Informou que o Programa Onda Limpa II abrangerá as áreas das palafitas, já que relatórios de pesquisa demonstraram que a quantidade excedente de coliformes está nos canais de drenagem, onde há ligações clandestinas. A SABESP, por exigência da CETESB, está desenvolvendo um projeto de tratamento secundário com micro peneiras, o problema é a geração de lodo. Finalizou explicando que existem soluções técnicas,

mas que antes levam em conta os aspectos ecológicos, ambientais. O presidente agradeceu e abriu às perguntas. Sr. Jaime/SOS Orquidário perguntou sobre a explosão imobiliária, que deve aumentar a quantidade de população e de esgoto e consumo de água. Sr. Edward explicou que a capacidade atual é para 1 milhão e 300 mil habitantes e que a população da cidade se mantém estável. Sr. João César, conselheiro representante da ABES, explicou que este projeto foi concebido para mais de 30 anos. Sra. Mariângela/UNIMONTE perguntou sobre a circulação e o palestrante explicou que não interfere, se o projeto apresenta boa diluição, as concentrações diminuem. O importante é estudar o prolongamento e a interferência entre emissários. Sr. Paulo Araújo/SEDURB perguntou sobre o reuso do lodo para fabricação de tijolos, por exemplo, e que existem processos secos para mictórios. O engenheiro explicou que o ideal seria o reuso de água de chuva e que o lodo fosse para aterros exclusivos, para uso na agricultura e construção civil, mas isto ainda não se efetivou, pois os agricultores têm receio de contaminação e o custo não vale a pena. Há um projeto de desidratação do lodo. Sr. João César explicou que esbarrou na legislação ambiental, por se tratar de material particulado, mas que continua em estudo. Sr. Jasson comentou que R\$ 1,00 investido em saneamento economiza R\$ 4,00 em saúde. E que os pescadores artesanais estão perdendo qualidade dos pescados devido à contaminação. Sr. Edward considerou pertinente, e que já há monitoramento no litoral norte e lá não houve detecção. Solicitou dados das universidades. Sra. Márcia/CODESP perguntou sobre o tipo de tratamento no porto? Quais planos de ação ao detectarem problemas? Se a modelagem detectou mudanças no transporte dos sedimentos? Se os dados de monitoramento estão disponíveis. Informou que o porto também desenvolve monitoramento de qualidade de água, à disposição para compartilharem. Sr. Edward informou que não disponibilizam publicamente, mas fornecem quando solicitado. O tratamento se dá por micropeneiras, desarenação e cloramento, físico e químico. Sr. João César/SABESP, que o prolongamento com difusores mais modernos e eficientes foi exigência legal e agora há 79 difusores, antes, 38, com redução de 44% a 66% das partículas retidas em terra. Segundo Sr. Edward, houve mudança de sedimentos na área da Ilha de Urubuqueçaba, pela mudança da dinâmica das ondas, mas já está em equilíbrio. Detectam problemas pela Estação de tratamento e na saída, por análise. Sr. Ovanir comentou que há duas reuniões o assunto foi a pesca na APA Marinha, da qual a Baía de Santos não faz parte. Por isso, perguntou se a área do Emissário é sinalizada. O palestrante explicou que não foram exigidas boias pela Marinha. Considera recomendável, mas já foram roubadas. O Emissário consta na Carta Náutica, área de não fundeio. Sr. Fernando/UNISANTA perguntou sobre as diferenças da balneabilidade quando há frente fria. Respondeu que não há muita diferença entre janeiro e julho e que as correntes até ajudam na diluição. Sr. Edward agradeceu e informou que disponibilizará a apresentação visual com mais detalhes sobre o assunto. O presidente agradeceu e apresentou o próximo palestrante, Sr. Mauro Haddad/SEMAM, sobre o Município Verde Azul. Explicou que o coordenou por dois anos quando trabalhou no estado. São 10 diretivas e sempre há mudanças nos critérios, sendo os de maior peso, sobre esgoto e resíduos sólidos e que a CETESB não entende o Emissário como tratamento de esgoto. O programa se iniciou em 2008, quando havia 250 Secretarias de Meio Ambiente no estado de S.P., ano passado já eram 600. A arborização é o critério mais traumático, todos querem árvores na cidade, mas poucos querem na sua porta. Não houve planejamento, por isso as árvores competem com a fiação e encanamento. A projeção é aumentar de 10 para 20 mil podas por ano e já estão em torno de

15 mil. Para 2014, 36 mil. E também plantios e substituição por espécies para a área urbana. Há um piloto de floresta urbana no Saboó. A Educação Ambiental é auto declaratória, com comprovação de ações, com a SEDUC. Sra. Marise Céspedes é a interlocutora e o sistema é eletrônico. Um critério é a redução de uso dos recursos naturais, como o uso de madeira de reflorestamento. Também levam em conta as construções sustentáveis e ecológicas. A fauna selvagem se apresenta no Orquidário e no Aquário, a doméstica, na CODEVIDA. A gestão das águas, em alguns casos, feita juntamente com a SABESP. Do ar, fazem vistorias de veículos a diesel, com selo para os aprovados. A mobilidade urbana com as ciclovias e o transporte coletivo, corredores de ônibus. Há uma estrutura metropolitana, com o comitê de Bacias e a AGEM. Já há um projeto com os catadores, próximo de sair do papel, com logística reversa com empresas de cosméticos que o financiarão. O Conselho incentiva a participação da sociedade e o Fundo já possui verba dos pagamentos dos certificados das caixas de gordura. Também já há negociação com a PRODESAN. Santos já recebeu o certificado do Município Verde Azul 4 vezes. Sr. Jaime sugeriu enviar os dados para a A Tribuna, mostrando o que há de positivo nos trabalhos da cidade. Passou-se aos Assuntos da Secretaria, com a divulgação da Feira de Orgânicos no Gonzaga e Sr. Hailton lembrou do dia mundial de limpeza de rios e praias, 21 de setembro. Entre os Assuntos Gerais, o Presidente informou que o relatório da SEMAM sobre o aterro da terrestre foi analisado pela Câmara Técnica de Qualidade ambiental, coordenada pelo Sr. Eduardo Lustosa e que será apresentada na reunião de outubro. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo presidente João Guedes Neto.

JOÃO GUEDES NETO
Presidente

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária